



Comissão Permanente de Pregão III

**DECISÃO DE RECURSO
PREGÃO ELETRÔNICO nº 90.083/2025**

Recurso nº 33.406/2025 - Processo Licitatório nº 07.581/2025, referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90.083/2025, que tem por objeto o **CONTRATAÇÃO de empresa especializada para prestar serviços de guarda e atendimento médico veterinário, com microchipagem, de animais de médio e grande porte, dentro dos limites do Município de Nova Friburgo, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Bem-Estar e Proteção Animal, pelo período de 01 (um) ano.**

Trata-se o presente processo administrativo de **RECURSO** interposto, **tempestivamente**, pela empresa **CONCEPT WORK LTDA**, inscrita no CNPJ nº 97.536.186/0001-30, com fulcro no artigo 165, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021, por intermédio de seu respectivo representante legal, contra os termos da decisão de habilitação da empresa **BOM PASTOR COMERCIO E SERVIÇO VETERINARIO LTDA**, inscrita no CNPJ nº 09.310.829/0001-65, no bojo do Pregão Eletrônico nº **90.083/2025**.

I) DOS FATOS

Encerrada a fase de habilitação do Pregão Eletrônico em referência, foi aberto o prazo para manifestação de intenção de recursos, tendo sido apresentada intenção/proposição, tempestivamente, pela empresa **CONCEPT WORK LTDA**, doravante denominada Recorrente, contra a decisão que classificou a empresa **BOM PASTOR COMERCIO E SERVIÇO VETERINARIO LTDA**, doravante denominada Recorrida, como provisoriamente vencedora. A intenção é aceita de forma automática pelo Sistema ComprasGov.br, sem a necessidade de juízo de admissibilidade.



Comissão Permanente de Pregão III

II) DO RECURSO

A Recorrente, também de forma tempestiva, interpôs, por meio do Sistema, recurso objetivando a modificação da decisão de habilitação, alegando, em síntese, que:

Omissão da Planilha de Custos e Formação de Preços - a empresa vencedora deixou de apresentar a planilha obrigatória prevista no item 13.6 do Edital, item 13.1 do Termo de Referência e Anexo III - Mesmo após notificação inicial e posterior renegociação de preços, apresentou apenas a proposta de preços, sem a planilha. A ausência desse documento inviabiliza a análise da exequibilidade da proposta e constitui vício grave e insanável, impondo a desclassificação imediata.

Atestado de Capacidade Técnica com indícios de irregularidade - o atestado apresentado, emitido pela RPX Comercial e Serviços Ltda, não atende plenamente às exigências editalícias e apresenta inconsistências: não informa período de execução, valores, quantidades ou frequência de serviços; refere-se a serviços prestados em propriedade rural privada, distintos da atividade exigida (apreensão em logradouros públicos); não comprova existência de local adequado de guarda nem apresenta documentos que validem a execução (contratos, notas fiscais, relatórios, documentos de veículos, etc.). Diante das omissões, o documento não comprova capacidade técnico-operacional conforme art. 67 da Lei nº 14.133/2021. A recorrente solicita diligência (art. 64 da Lei 14.133/2021) para verificar autenticidade, com apresentação de contratos, notas fiscais, comprovantes de pagamento, documentação de veículos, GFIP de empregados e comprovação do local de guarda. Caso constatada falsidade, devem ser aplicadas as sanções previstas nos arts. 155 e 156 da Lei 14.133/2021, além de possíveis consequências penais (arts. 298 e 299 do CP).

III) DA CONTRARRAZÃO

A Recorrida, tempestivamente, por meio do Sistema, apresentou suas contrarrrazões rebatendo as alegações do recurso interposto e pugnando pela manutenção de sua habilitação, conforme as seguintes considerações, em síntese alegou:

Regularidade da habilitação e proposta - a Bom Pastor afirma que atendeu integralmente ao edital



Comissão Permanente de Pregão III

e foi corretamente habilitada. O recurso da Concept teria caráter meramente inconformista por não ter conseguido apresentar proposta mais vantajosa.

Planilha de Custos e Formação de Preços - defende que não havia exigência de planilha analítica de custos no edital. O item 13.6 se aplicaria apenas a contratações com dedicação exclusiva de mão de obra, não ao objeto (serviços veterinários e de guarda). A empresa apresentou a proposta conforme modelo do edital (Anexo III), cumprindo integralmente as exigências. Cita entendimento do TCU de que planilha detalhada só é obrigatória em situações específicas (ex.: mão de obra exclusiva).

Atestado de Capacidade Técnica - o edital exige apenas atestados ou certidões emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado (item 18.1), não havendo previsão de notas fiscais, contratos ou quantitativos mínimos. O atestado apresentado pela empresa RPX descreve serviços compatíveis com o objeto licitado e seria suficiente para comprovar a aptidão da Bom Pastor. Não há qualquer irregularidade ou indício de falsidade.

No momento oportuno para questionar o edital, a Concept não apresentou pedido de esclarecimento ou impugnação ao edital, tendo inclusive declarado ciência e concordância com as regras. Não sendo adequado, portanto, questionar exigências editalícias apenas em sede recursal.

O recurso visaria apenas tumultuar e atrasar o certame, contrariando os princípios da economicidade, celeridade e interesse público.

IV) DAS CONSIDERAÇÕES DO PREGOEIRO

O presente processo licitatório foi conduzido em estrita observância aos princípios e regras estabelecidos na Lei.º 14.133/2021.

A controvérsia trazida no recurso diz respeito a duas principais irregularidades: a omissão na apresentação de um documento obrigatório e a dúvida quanto à autenticidade e suficiência de um Atestado de Capacidade Técnica.

No que se refere à solicitação de desclassificação imediata da empresa vencedora por suposto



Comissão Permanente de Pregão III
descumprimento do item 13.6 do Edital, alegando a omissão na apresentação da Planilha de Custos e Formação de Preços.

No entanto, a interpretação do item 13.6 deve ser feita de forma estrita e em benefício da competição, conforme a Lei nº 14.133/2021.

O item 13.6 do Edital, que trata do envio da proposta final após negociação, estabelece a seguinte regra:

“O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.”

Assim, "se for o caso" e "quando necessários", a linguagem adotada pelo Edital é de natureza condicional. O envio dos "documentos complementares" (onde se enquadra a Planilha de Custos no contexto da fase pós lance) não é automático nem absoluto. Ele é exigido apenas "se for o caso" e "quando necessários". A função da complementação, segundo o Edital restringe-se ao objetivo dessa documentação complementar à "confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados". Se a Proposta de Preços final, por si só, já contém o valor negociado e foi considerada exequível pelo Pregoeiro, a ausência da Planilha em uma nova solicitação pode não ter sido considerada essencial para a confirmação do preço já aceito.

Em suma, a desclassificação só se imporia se a ausência da Planilha impedisse a Administração de verificar a exequibilidade da proposta, o que não foi comprovado pelo recorrente, e se o Pregoeiro não tivesse outra forma de obter a informação.



Comissão Permanente de Pregão III

Quanto à alegação de análise pormenorizada do atestado de capacidade técnica, o fato da empresa Bom Pastor já ser prestadora de serviços ao Município, decorrente do **Processo Licitatório nº 45.925/2024**, constitui a mais sólida prova de sua capacidade técnica e operacional. Se a empresa está atualmente executando um contrato sob a fiscalização direta desta Administração, é inconteste que ela possui a estrutura e o *know-how* necessários.

A existência de um contrato em curso com o Poder Público torna as alegações de insuficiência ou dúvida sobre o atestado de capacidade técnica subsidiárias e de menor relevância. A Administração possui meios internos para confirmar a boa execução dos serviços e a satisfação da contratante no âmbito do Processo.

A execução de um contrato anterior (ou atual) sob licitação demonstra, por si só, que a empresa atende o requisito do item 18.1 do Edital, que exige aptidão para serviços "similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior".

A tentativa da recorrente de desclassificar a Bom Pastor com base em detalhes formais ou na origem privada de um atestado de capacidade técnica, enquanto ignora a experiência atual da empresa com o próprio Município, configura excesso de formalismo em detrimento do interesse público. A Administração deve pautar-se pelo princípio da verdade material, utilizando todos os meios disponíveis para aferir a capacidade da licitante.

Desta feita, trata-se, de questão de natureza estritamente técnica, cuja análise ultrapassa a esfera de competência da Pregoeira. Assim, nos termos do princípio da segregação de funções (art. 11, inciso I, da Lei nº 14.133/2021), a decisão quanto ao atendimento das especificações técnicas deve estar fundamentada em parecer técnico emitido pelo setor responsável da unidade requisitante.

V) DO PARECER TÉCNICO

Diante do exposto, os autos foram encaminhados à Secretaria requisitante, que opinou no



Comissão Permanente de Pregão III

sentido de que o Edital condiciona a exigência de planilha analítica apenas às hipóteses de contratação com dedicação exclusiva de mão de obra, o que não se aplica ao objeto licitado (serviços de guarda e atendimento médico-veterinário).

Quanto ao Atestado de Capacidade Técnica, a análise confirma que o Edital exige apenas atestados emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, sem obrigatoriedade de documentos suplementares.

Assim, a Secretaria concluiu pela observância dos princípios da vinculação ao edital e do julgamento objetivo, entendendo inexistir vício na habilitação da empresa classificada.

VI) DO PARECER JURIDICO

No tocante à Planilha de Custos, a Procuradoria-Geral do Município orientou que a Comissão Permanente de Pregão III deve manifestar-se de forma clara e fundamentada, esclarecendo se a apresentação da planilha constituía condição de habilitação e se foi entregue tempestivamente.

Quanto ao Atestado de Capacidade Técnica, a Procuradoria destacou que, conforme a legislação e a jurisprudência dos Tribunais de Contas, não se exige identidade entre o objeto social da empresa e o objeto licitado, bastando que as atividades sejam compatíveis. A inabilitação somente é cabível quando os ramos de atuação forem manifestamente impertinentes.

O item 18.2.3 do Edital prevê, ainda, que o licitante deve disponibilizar, quando solicitado, documentos que comprovem a legitimidade dos atestados, como cópia de contrato.

Assim, a Procuradoria concluiu que cabe exclusivamente à Comissão de Pregão verificar a compatibilidade da atividade da empresa classificada com o objeto licitado e decidir sobre a necessidade de diligência para sanar eventuais dúvidas sobre a veracidade do atestado.do atestado.



Comissão Permanente de Pregão III

VII) DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Diante do exposto, considerando o teor das razões recursais e as considerações apresentadas, com fulcro no artigo 165, §2º, da Lei 14.133/2021, **CONHEÇO** do recurso interposto no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º **90.083/2025**, e no mérito, **NEGO PROVIMENTO**, mantendo a decisão de habilitação anteriormente proferida, em obediência ao princípio da Legalidade, vinculação ao edital e segurança jurídica.

Diante do indeferimento do recurso interposto, nos termos do § 2º do artigo 165 da Lei nº 14.133/2021, encaminho o presente processo à autoridade superior para apreciação e decisão final sobre o recurso administrativo relativo ao Pregão Eletrônico em referência, observando o prazo legal de 10 (dez) dias úteis.

Por fim, informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e seu extrato em <http://www.comprasnet.gov.br>.

Nova Friburgo, 13 de outubro de 2025.

Fernanda Medeiros Rodrigues

Pregoeira – Comissão Permanente de Pregão III

Matrícula nº 468.036